

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

SUGESTÃO Nº 150, DE 2014

Sugere Emendas ao Projeto de Lei nº 5.807/2013, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a atividade de mineração, cria o Conselho Nacional de Política Mineral e a Agência Nacional de Mineração - ANM, e dá outras providências".

Autora: CONFEDERAÇÃO NACIONAL
DOS TRABALHADORES NA
INDÚSTRIA

Relator: Deputado FELIPE BORNIER

I - RELATÓRIO

O objetivo da Sugestão apresentada a esta Comissão é oferecer emendas ao texto do Projeto de Lei nº 5.807, de 2013, de iniciativa do Poder Executivo, que visa, dentre outros assuntos, a alterar a legislação referente às atividades de mineração no país, criar o Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM) e a Agência Nacional de Mineração (ANM).

Na Sugestão, estabelece-se uma série de argumentos, denominados de “determinantes socioambientais”, a serem observados na elaboração das referidas emendas, tratando de temas tão variados quanto a saúde, segurança e qualidade ambiental, tanto para os trabalhadores nas minas quanto para as comunidades afetadas pelas atividades de mineração; fortalecimento da Previdência Social como “mecanismo de prevenção à vida” (*sic*) e garantia de futuro aos trabalhadores na mineração; aproveitamento sustentável dos bens minerais como patrimônio da União, bem como de todas as substâncias minerais movimentadas durante as atividades de mineração; fornecimento de substâncias minerais a preços módicos para fins de moradia e alimentação; agregação de valor e de conhecimento em todas as fases de

aproveitamento e produção mineral; aplicação transparente dos recursos provenientes da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e estudos de acompanhamento das águas superficiais e subterrâneas, dentre outros.

Cabe-nos, agora, por determinação do Senhor Presidente, analisar a Sugestão e oferecer nosso Parecer sobre a matéria.

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

De fato, trata-se de matéria de importância para o correto desenvolvimento de nosso país, haja vista que as atividades do setor mineral influenciam diretamente vários dos campos da atividade econômica e social nacional, como, por exemplo, a produção de alimentos, a construção civil e as indústrias de transformação e de produção de bens primários e secundários, fornecendo empregos e gerando renda para milhares de cidadãos brasileiros.

Por isso, reputamos como muito valiosa a contribuição da sociedade na elaboração legislativa, sobretudo quando vem acompanhada de estudos e propostas debatidos em entidades representativas da população, em seus vários campos de atividade.

Eis porque nos manifestamos favoravelmente à elaboração das emendas sugeridas, apenas ressaltando que não devam ser aproveitadas as sugestões no tocante à criação da Agência Nacional de Mineração (ANM), já recentemente criada, em fins do ano passado, e também quanto às atividades de mineração em terras indígenas, matéria que já vem sendo debatida em foro próprio de uma comissão especial desta Casa, e que demanda a elaboração de legislação autorizativa específica sobre a matéria.

Assim sendo, nada mais cabe a este Relator, senão manifestar-se pela **aprovação** da Sugestão nº 150, de 2014, com o oferecimento de Emenda ao Projeto de Lei nº 5.807, de 2013, e solicitar dos membros deste colegiado que o acompanhem em seu voto.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado FELIPE BORNIER
Relator

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

PROJETO DE LEI Nº 5.807, DE 2013

Sugere Emendas ao Projeto de Lei nº 5.807/2013, do Poder Executivo, que "dispõe sobre a atividade de mineração, cria o Conselho Nacional de Política Mineral e a Agência Nacional de Mineração - ANM, e dá outras providências".

Autora: CONFEDERAÇÃO NACIONAL
DOS TRABALHADORES NA
INDÚSTRIA

Relator: Deputado FELIPE BORNIER

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 5.807 a seguinte redação:

“Art. 1º O aproveitamento dos recursos minerais é atividade de utilidade pública e de interesse nacional, e ocorrerá conforme as seguintes diretrizes:

.....
III – fomento à pesquisa, à inovação e à agregação de valor em todas as fases das atividades de produção e de aproveitamento mineral;

.....
V – compromisso com o desenvolvimento sustentável, com a manutenção de um meio ambiente saudável e equilibrado para os trabalhadores das minas e para as populações vizinhas e afetadas pelas atividades relacionadas ao aproveitamento mineral;

VI – proteção à saúde e à segurança dos trabalhadores na mineração e das populações vizinhas e afetadas pelos empreendimentos de aproveitamento mineral;

VII – uso dos conhecimentos geológicos e da tecnologia disponível para a realização de estudos de geodiversidade, visando ao ordenamento territorial;

VIII – incentivo às atividades de exploração e produção, a preços acessíveis, de bens minerais para emprego na produção agrícola e na construção de moradias populares;

IX – acompanhamento contínuo na gestão, fiscalização, controle e uso racional das águas superficiais e subterrâneas;

X – aproveitamento sustentável de todos os recursos minerais da União, inclusive todos os materiais geológicos movimentados durante as atividades de produção e aproveitamento mineral, segundo um planejamento estratégico, visando ao aproveitamento de tais recursos pelas gerações futuras”.(NR)

Sala da Comissão, em de de 2018.

Deputado FELIPE BORNIER
Relator